

Abertura de serviços anima os moradores

Jornal de Angola

22 De Setembro de 2015



Administrador do Sequele António Cruz está preocupado com os apartamentos desocupados

Os moradores da Cidade de Sequele, a conhecida Centralidade de Cacucaco, já respiram de alívio, fruto da abertura de vários serviços sociais básicos, como o fornecimento de luz eléctrica, água potável, escolas, mercados, policiamento, bombeiros, entre

outros, que permitem aos cidadãos terem uma vida condigna, aliada ao sonho da casa própria.

Com o funcionamento da Administração da Cidade de Sequele, desde o mês de Fevereiro, a Centralidade tende a ganhar mais vida, se

Comparada à altura em que os primeiros moradores começaram a ocupar as casas, em Abril de 2012.

Em entrevista ao Jornal de Angola, o administrador da Centralidade de Sequele, António Cruz, disse que a Cidade conta já com 1 agência da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) e da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE), onde os moradores fazem os contratos, para beneficiarem do fornecimento de energia eléctrica e de água potável.

Outra questão que tirava o sono dos moradores era a falta de rede da operadora de telefonia móvel UNITEL. Mas a situação ficou solucionada com a instalação de mais antenas, que melhoraram a qualidade do sinal.

António Cruz informou que vai ser aberta nos próximos dias uma agência do Banco de Comércio e Indústria (BCI), junto das instalações da Administração. "A dependência, embora pequena, vai satisfazer as necessidades dos moradores ligados aos serviços bancários, incluindo o pagamento de serviços públicos prestados pela Administração."

Está prevista a abertura, em breve, de uma repartição do Ministério da Justiça e dos Direitos humanos, com serviços de Identificação. António Cruz disse que se registaram cerca de 90 casos, mas depois da intervenção da Polícia Nacional os falsos proprietários abandonaram os apartamentos e os verdadeiros tomaram posse imediatamente.

António Cruz explica que o processo é encaminhado à Imogestin, por ser a entidade que controla a base de dados e pode identificar o verdadeiro dono. Se ainda houver dificuldade no esclarecimento do caso, a Procuradoria-geral da República toma conta do

processo. Nos casos em que duas ou mais pessoas têm o mesmo contrato de um apartamento. Além da ocupação ilegal, a Administração da Cidade tem conhecimento da existência de muitos apartamentos desocupados e arrombados, por cidadãos de má fé. O administrador aconselha os proprietários a visitarem com alguma regularidade os seus imóveis, para que os vizinhos os possam conhecer e avisá-los em caso de invasão.

Nos casos em que duas ou mais pessoas têm o mesmo contrato de um apartamento, António Cruz explica que o processo é encaminhado à Imogestin, por ser a entidade que controla a base de dados e pode identificar o verdadeiro dono. Se ainda houver dificuldade no esclarecimento do caso, a Procuradoria-geral da República toma conta do processo.

Além da ocupação ilegal, a Administração da Cidade tem conhecimento da existência de muitos apartamentos desocupados e arrombados, por cidadãos de má fé. O administrador aconselha os proprietários a visitarem com alguma regularidade os seus imóveis, para que os vizinhos os possam conhecer e avisá-los em caso de invasão.

Limpeza e organização

A falta de limpeza regular na Cidade de Sequele é outra situação que tem incomodado os moradores e administração nos últimos meses. Fruto do novo modelo de recolha de lixo, justifica o administrador, muitas operadoras desistiram da sua tarefa, por descontentamento, por isso o lixo tende a aumentar. "Mas desde o princípio do mês de Setembro, a Administração, o empresariado local e alguns moradores organizam campanhas de limpeza, e desta forma temos solucionado este problema", acrescentou.

António Cruz reconhece o esforço de alguns moradores, mas queixa-se da falta de comparência da maioria nas reuniões para a abordagem de vários aspectos que visam a organização da Cidade.

"No mês de Fevereiro convidamos os moradores para uma reunião e ninguém compareceu. Em Setembro convocamos os coordenadores e seus adjuntos, e apenas 30 por cento marcou presença. Mas com eles realizamos uma formação de quatro dias, sobre normas de segurança, gestão e coordenação de edifícios, governação e organização de Cidades", contou.

Pagamento das rendas

A Cidade de Sequele possui 13 blocos, dos quais 12, com 10.996 apartamentos, estão habitados. Os moradores da central idade e outras como a do Kilamba, Quilómetro 44 e Musseque Kapari, em Luanda, retomam em Outubro o pagamento das rendas mensais, disse o presidente do Conselho de Administração da Imogestin, Rui Cruz, em declarações à imprensa no final da sessão extraordinária das Comissões Económica e para Economia Real do Conselho de Ministros.

Os pagamentos são referentes ao ano de 2015. As prestações do ano de 2014, que não foram cobradas, devem ser pagas depois da liquidação do valor total do imóvel, no prazo limite de 15 ou 20 anos, dependendo da idade. Significa, explica Rui Cruz, que o cliente que tem o contrato de reembolso previsto para 20 anos, vai pagar em 21 anos, precisamente por causa do ano de 2014, que está em falta.

A segunda fase da venda de habitações nas centralidades vai ser feita em regime de renda resolúvel para os funcionários públicos que ainda não tenham adquirido casas ao Estado. Os outros interessados podem recorrer aos

bancos para terem acesso a créditos, com taxas de juros bonificadas. e de Registo Civil. A inauguração da repartição devia acontecer no mês passado, mas foi adiada, porque as instalações foram assaltadas e os equipamentos roubados.

Serviços sociais

Quanto à Saúde, administração da Cidade e a Direcção Provincial de Saúde estão a envidar esforços para que seja aberto, ainda este ano, o hospital localizado defronte ao mercado local, apenas com serviços de urgência, numa primeira fase.

Em relação ao número de escolas, administrador da Cidade de Sequele deu a conhecer que estão em funcionamento três escolas, nomeadamente uma do ensino primário, do primeiro e segundo ciclos, com um total de 101 salas de aulas, onde estão matriculados cerca de oito mil alunos residentes centralidade e arredores.

A ausência de muitos alunos das salas de aulas, alegadamente por falta de professores, tem preocupado a Administração. António Cruz recomenda aos pais que prestem mais atenção à vida académica dos filhos, a irem à escola regularmente para recolherem informações sobre o comportamento deles e não apenas no final do ano lectivo.

Além de novas escolas, vão também entrar em funcionamento este ano três creches, tuteladas pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) e geridas por entidades privadas. A fiscalização é da responsabilidade da Administração da Cidade, em coordenação com o MINARS. As inscrições para o ingresso já decorrem em cada uma das creches.

Ocupação ilegal

A Administração da Cidade de Sequele está preocupada com a ocupação ilegal de apartamentos.

António Cruz disse que se registaram cerca de 90 casos, mas depois da intervenção da Polícia Nacional os falsos proprietários abandonaram os apartamentos e os verdadeiros tomaram posse imediatamente.

António Cruz explica que o processo é encaminhado à Imogestin, por ser a entidade que controla a base de dados e pode identificar o verdadeiro dono. Se ainda houver dificuldade no esclarecimento do caso, a Procuradoria-geral da República toma conta do processo. Nos casos em que duas ou mais pessoas têm o mesmo contrato de um apartamento. Além da ocupação ilegal, a Administração da Cidade tem conhecimento da existência de muitos apartamentos desocupados e arrombados, por cidadãos de má fé. O administrador aconselha os proprietários a visitarem com alguma regularidade os seus imóveis, para que os vizinhos os possam conhecer e avisá-los em caso de invasão.

Nos casos em que duas ou mais pessoas têm o mesmo contrato de um apartamento, António Cruz explica que o processo é encaminhado à Imogestin, por ser a entidade que controla a base de dados e pode identificar o verdadeiro dono. Se ainda houver dificuldade no esclarecimento do caso, a Procuradoria-geral da República toma conta do processo.

Além da ocupação ilegal, a Administração da Cidade tem conhecimento da existência de muitos apartamentos desocupados e arrombados, por cidadãos de má fé.

O administrador aconselha os proprietários a visitarem com alguma regularidade os seus

imóveis, para que os vizinhos os possam conhecer e avisá-los em caso de invasão.

Limpeza e organização

A falta de limpeza regular na Cidade de Sequele é outra situação que tem incomodado os moradores e administração nos últimos meses. Fruto do novo modelo de recolha de lixo, justifica o administrador, muitas operadoras desistiram da sua tarefa, por descontentamento, por isso o lixo tende em aumentar. "Mas desde o princípio do mês de Setembro, a Administração, o empresariado local e alguns moradores organizam campanhas de limpeza, e desta forma temos solucionado este problema", acrescentou.

António Cruz reconhece o esforço de alguns moradores, mas queixa-se da falta de comparência da maioria nas reuniões para a abordagem de vários aspectos que visam a organização da Cidade.

"No mês de Fevereiro convidamos os moradores para uma reunião e ninguém compareceu. Em Setembro convocamos os coordenadores e seus adjuntos, e apenas 30 por cento marcou presença. Mas com eles realizamos uma formação de quatro dias, sobre normas de segurança, gestão e coordenação de edifícios, governação e organização de Cidades", contou.

Pagamento das rendas

A Cidade de Sequele possui 13 blocos, dos quais 12, com 10.996 apartamentos, estão habitados. Os moradores da central idade e outras como a do Kilamba, Quilómetro 44 e Musseque Kapari, em Luanda, retomam em Outubro o pagamento das rendas mensais, disse o presidente do Conselho de Administração da Imogestin, Rui Cruz, em declarações à imprensa no final da sessão

extraordinária das Comissões Económica e para Economia Real do Conselho de Ministros.

Os pagamentos são referentes ao ano de 2015. As prestações do ano de 2014, que não foram cobradas, devem ser pagas depois da liquidação do valor total do imóvel, no prazo limite de 15 ou 20 anos, dependendo da idade. Significa, explica Rui Cruz, que o cliente que tem o contrato de reembolso previsto para 20 anos, vai pagar em 21 anos, precisamente por causa do ano de 2014, que está em falta.

A segunda fase da venda de habitações nas centralidades vai ser feita em regime de renda resolúvel para os funcionários públicos que ainda não tenham adquirido casas ao Estado. Os outros interessados podem recorrer aos bancos para terem acesso a créditos, com taxas de juros bonificadas.